



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

UMA VOZ FEMININA E DISSONANTE NA EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE 1946 -1950: MARIA ANGÉLICA DE CASTRO

Cleyde Oliveira de Castro; Murilena Pinheiro de Almeida; Maria de Lourdes Esteves Bezerra;
Maria Evanilde Barbosa Sobrinho

Universidade Federal do Acre – Centro de Educação, Letras e Artes cleydecastro@yahoo.com.br;
murilena@gmail.com; estevesbezerra@uol.com.br; esobrinho@gmail.com

Resumo: Este trabalho versa sobre a trajetória pessoal e administrativa da educadora Maria Angélica de Castro, educadora mineira de Santo Antônio do Monte, convidada pelo governador do Território Federal do Acre (1946-1950) José Guimard dos Santos para assumir o Departamento de Educação e Cultura - DEC. Uma mulher além de seu tempo, assim considerada, por ser, até então, a primeira mulher a assumir um cargo de gestão no Acre. Ela constituiu a sua trajetória de mulher, educadora e gestora superando toda uma realidade permeada por feitos masculinos, gerados por uma visão androcêntrica que caracteriza a cultura acreana. Essa narrativa é constituída por intermédio da coleta de acervos documentais no Acre e Minas Gerais, tais como: relatórios de educação, cartas, jornais, iconografia, relatos escritos e revistas. E ainda biografia, artigos e dissertação escritos sobre essa mulher, professora e gestora. A trajetória de construção pessoal em Minas Gerais e a incursão dessa educadora no DEC, no território acreano, resultaram na representação e na simbolização que foi além daquilo que era projetado pelo ideário masculino sobre/para a mulher a época. Para ocupar um lugar em sua trajetória pessoal, profissional e a frente da gestão da educação acreana, essa mulher obrigou-se a assumir os contornos da persona do masculino.

Palavras chaves: mulher, educação, práticas escolares, gestão educacional, cultura machista.

INTRODUÇÃO

Nada adianta um professor culto se lhe faltam diretrizes seguras para o trabalho e, sobretudo, o ideal que deve animar a alma do educador, para que consiga fazer de seus alunos “cidadãos esclarecidos, conscientes de seus deveres cívicos e humanos, amigos do trabalho e amantes do progresso” Maria Angélica de Castro (O Acre, 16/01/1949, p. 1).

O movimento realizado nessa seção visa apresentar a história da educadora Maria Angélica de Castro para compreender a sua constituição pessoal e profissional que

certamente contribuíram para o seu protagonismo no trabalho desenvolvido à frente do Departamento de Educação e Cultura do Território do Acre, sobretudo, na modernização do ensino e difusão do ideário escolanovista.

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MARIA ANGÉLICA DE CASTRO

Maria Angélica de Castro (19/02/1898 – 07/06/1988) nasceu em Santo Antônio do Monte, município do interior de Minas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Gerais. “Neta do patriarca da cidade”, assim os moradores a consideram, filha do fazendeiro Vital Teotônio de Castro e Afonsina Batista de Castro, a primeira de uma série de 14 irmãos foi criada na fazenda do pai até os 12 anos de idade. O meio rural despertou sua admiração pela natureza e pela gente que trabalhava na lavoura.

O pai, preocupado com a educação dos filhos, levou Maria Angélica para estudar na cidade. Ela iniciou seus estudos na escola isolada feminina, com D. Maria de Araújo Magalhães Pinto, “D. Maricota”, mãe de José de Magalhães Pinto, que ministrava as aulas em seu chalé no Largo da Matriz¹. Não ficou na cidade por muito tempo, pois deu continuidade aos estudos na fazenda com o professor particular Luis Filgueira Campos, contratado por seu pai. Neste período, era comum às famílias contratarem um professor para cuidar da vida educacional de seus filhos, pois Santo Antônio do Monte, segundo Moraes (1983), no início do século, não contava com instrução pública que pudesse atender a toda a população local.

Maria Angélica cursou parte do ensino primário na companhia dos irmãos e dos filhos dos empregados da fazenda. Aos 13 anos de idade foi internada no Colégio Nossa

Senhora de Lourdes, em Lavras, obedecendo à tradição de que a mulher, por suas características maternas, zelo e carinho, deveria seguir a carreira de magistério (Louro, 2001). Ela, porém, aliou a essa tradição o seu desejo de infância, consequência de uma imagem que guardou em sua memória:

...uma festa inesquecível: a chegada à cidade de Maria Philomena Pacheco de Araújo, a Cota, filha de José Pacheco de Araújo e Silvina Philomena da Fonseca. Em 1907, a cidade engalanou-se para receber sua primeira normalista. Ela entrou na cidade a cavalo, sob o estampido de foguetes. Os olhos da menina Maria Angélica ainda não tinham visto nada mais bonito e ela decidiu: “Também vou ser uma normalista” (MORAES, 1997, p. 120).

Estudar em uma escola longe da fazenda e sob a direção de freira exigia dela persistência. Parte do trajeto era feito a cavalo e depois de trem, e as férias só ocorriam ao final do ano, quando tinha oportunidade de retornar para sua família. Assim, não se adaptando à rigidez do Colégio de Lavras, seu pai a encaminhou para o Colégio de Oliveira, cidade próxima a Santo Antônio do Monte, onde complementou o ensino primário para logo em seguida ser matriculada na Escola Normal dirigida por D. Maria Pinheiro Chagas. Nesse período ocorreu uma mudança que iria beneficiá-la, assim como aos alunos de outras localidades. “D. Mariquinha”, voltando de uma viagem feita à Europa, trouxe a ideia das férias de julho, que foi

¹ Atualmente nesse local funciona o Centro Cultural e de Documentação de Santo Antônio do Monte, município de Minas Gerais.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

adotada pelo Colégio de Oliveira e posteriormente pelo Estado de Minas Gerais. Em 1915, é inaugurada a estrada de ferro de Santo Antônio do Monte, facilitando assim o seu retorno para casa nas férias do meio e do final de ano. Essa facilidade permitiu à Maria Angélica um alento quanto a estar junto da família, e serviu ainda como incentivo para que concluísse seu curso.

Em 1916, concluiu o curso de magistério e iniciou uma nova etapa em sua vida. “Era hora de colocar em prática, apesar da pouca idade, o que aprendera”. Retornou à fazenda do pai e improvisou uma sala de aula em “uma casa no terreiro”, onde ensinava seus irmãos, empregados e vizinhos (CASTRO, 1971). No ano de 1917, mais um fato iria mudar a sua vida. Ela perde a mãe e em seguida a avó, a professora Angélica Maria da Silva Capanema, e fica ajudando o pai a cuidar dos 13 irmãos. Sua irmã mais nova tinha apenas 8 meses. Mesmo assumido essa responsabilidade, não abandona o trabalho na escola. No ano seguinte, em 1918, sofre mais uma perda, com a morte de seu pai.

Por sugestão do seu avô, Tenente Coronel José Batista dos Santos, Maria Angélica se transfere para Santo Antônio do Monte, ao ser inaugurada a Escola Amâncio Bernardes. Ela passa, então, a fazer parte do primeiro corpo dessa escola, na qual atuou por treze anos. Ela lembra, em sua carta

biográfica², que foi nesse período que teve como “aluno brilhante” José Guiomard dos Santos, aquele que viria convidá-la, mais tarde, para assumir a direção do Departamento de Educação e Cultura do Território Federal do Acre, em 1946. Ainda, no ano de 1918, como destaca Dilma Moraes (1997) em sua obra *Famílias que construíram Santo Antônio do Monte*, Maria Angélica fica “órfã no mundo”, com a perda do seu avô.

Em 1927, assume a diretoria da Escola Amâncio Bernardes pelo período de um ano. Essa experiência lhe rendeu prestígio para que, com os irmãos crescidos e alguns já trabalhando, pudesse dar continuidade à sua formação. Após 13 anos atuando na Escola Amâncio Bernardes, sua curiosidade e sua inquietação a fizeram partir para um novo desafio, a Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte. Em 1930, foi convocada pela Secretaria de Educação para fazer o curso de orientador técnico na referida escola, sendo que, do grupo convocado, havia 80 professoras concorrendo a 40 vagas. Esta seleção, que contou com a participação de Helena Antipoff, durou uma semana, na qual passaram por uma bateria de testes “mentais”, entrevistas e análise de currículo.

² Carta enviada aos alunos da Escola Maria Angélica de Casto em 09 de agosto de 1971. Essa escola recebeu este nome em homenagem à educadora, como forma de agradecimento pelo relevante trabalho que ela realizou no Território do Acre.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Conforme Prates (1989), não era qualquer professora que podia estudar na Escola de Aperfeiçoamento. A admissão das normalistas na Escola de Aperfeiçoamento requeria idoneidade moral ilibada atestada mediante recomendação escrita pelas autoridades da cidade: o juiz, o pároco e o inspetor de instrução pública. Além disso, havia ainda as normas de procedimento e de conduta irrepreensível, regulamentadas pelo Estado e que a Escola de Aperfeiçoamento fazia cumprir “à risca” através do Diretor, do corpo docente, das duas inspetoras de comportamento e até pelo porteiro.

Em meio a esta seleção, que definiu como uma “prova de fogo”, Maria Angélica conquistou uma das vagas. Foi a partir desse processo seletivo que, segundo ela, manteve o primeiro contato com “D. Helena”, tratamento que usava para referir-se àquela que seria sua grande incentivadora e mestra, Helena Antipoff. Em um documento enviado ao IV Encontro Helena Antipoff, realizado em Belo Horizonte no ano de 1983, Maria Angélica exprime em que sentido se deu essa influência:

Graças a D. Helena perdi a timidez de uma professora do interior de Minas, tornando-me corajosa para prestar concurso como técnica do MEC em 1938, no Rio de Janeiro, conseguindo boa classificação; aceitar convite do governo do Acre, onde permaneci 5 anos, ampliando a rede escolar daquele Território e reorganizando o ensino de

primeiro e segundo graus; traçando planos, valendo-me da experiência e incentivo adquiridos sob a orientação de D. Helena, que ficou largamente conhecida em um dos mais longínquos rincões da Amazônia, onde ser aluna de D. Helena era o mais valioso título que apresentava; [...] além desses atos de que muito me orgulho, há outro (miniatura do que fez D. Helena pelo Brasil afora): a criação, em Santo Antônio do Monte, de um estabelecimento de Ensino com três cursos (pré à 8ª série) e segundo grau (normal e técnico em contabilidade), tudo planejado sob a inspiração de D. Helena – construção do prédio, equipamento, jardinagem e arborização, organização do currículo, regimento, etc. (CASTRO, 1983, p. 1)

Além dessa influência declarada em sua carta, o trabalho que desenvolveu na Escola de Aperfeiçoamento sob a orientação de Antipoff se faz presente nas atividades posteriores de Maria Angélica.

A FORMAÇÃO DE MARIA ANGÉLICA DE CASTRO

No processo de formação de Maria Angélica, destacou-se Escola de Aperfeiçoamento destinada a formação de professores, criada em 1929, como parte da Reforma Francisco Campos-Mário Casassanta. Com o advento das reformas educacionais ocorridas nos Estados no final dos anos 1920, essa escola irá se constituir como espaço significativo também à formação de técnicos para atuarem nas escolas mineiras. Essa formação docente e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

técnica se constituíram em uma das características da Escola Nova, que propugnava a modernização da educação.

Enquanto técnica, a atuação de Maria Angélica se configurou, principalmente, a partir da sua formação na Escola de Aperfeiçoamento, junto ao laboratório de Psicologia da referida escola. Os resultados produzidos a partir das pesquisas desse laboratório subsidiaram a intervenção do Estado nas escolas mineiras, em particular nos grupos escolares, conforme consta nos relatos feitos por Maria Angélica nos Boletins de Ensino, publicados pela Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, elaborados por ela, no período de 1931 a 1938.

A revitalização da escola pensada por João Pinheiro se dará a partir da implantação da política de Francisco Campos/Antonio Carlos, que visou às mudanças na escolarização primária como instrumento de formação e socialização das futuras gerações, questionando o ensino tradicional e propondo princípios baseados na educação renovada (PRATES, 1998).

Para atender à necessidade de mudanças na educação mineira, o governo deu ênfase ao Ensino Normal priorizando a continuidade da formação de professoras normalistas e criando a figura do orientador educacional, cabendo à Escola de

Aperfeiçoamento a tarefa de preparar esses profissionais. Nesse momento, a pretensão inicial almejava constituir uma “elite cientificamente fundamentada e tecnicamente aprimorada”, que se colocaria em postos-chaves na estrutura do ensino primário mineiro (PRATES, 1989, p. 140). Essa equipe, ao diplomar-se, passaria a exercer funções de mestres dos novos professores primários, diretores de grupos escolares, assistentes e orientadores técnicos, e teria como função difundir as ideias fundadas na escola nova americana e europeia por todo o Estado de Minas Gerais.

Ao ser classificada dentre as demais candidatas, Maria Angélica “deixou de ser professora para voltar a ser aluna, situação bastante agradável para quem sempre gostou de estudar” (CASTRO, 1971, p. 2). Em seu processo de formação, entra em contato com os princípios escolanovistas, pois a Escola de Aperfeiçoamento possuía um grupo de professores que disseminou tanto o discurso da Escola Nova europeia, pautada na Psicologia genético-funcional, em pesquisas experimentais e na elaboração e aplicação de testes (CAMPOS, NEPOMUCENO, SILVA, FAZZI, 2004), quanto o discurso da Escola Nova americana, representada pelo pragmatismo de Dewey.

Importa destacar que Maria Angélica teve o privilégio de ter como professoras na



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Escola de Aperfeiçoamento: Alda Lodi, Lúcia Schmidt Monteiro (posteriormente Lúcia Casasanta), e Amélia de Castro Monteiro (Diretora da Escola). Antes de fazer parte do corpo docente da escola, essas professoras fizeram curso nos Estados Unidos com o objetivo de se apropriar do que estava sendo discutido e proposto a partir do ideário escolanovista. Na área da Psicologia Experimental, Maria Angélica entrou em contato com o trabalho de Antipoff, Claparède e Theodore Simon. Esse último, embora tenha permanecido pouco tempo no país, contribuiu com a sua formação através dos cursos teóricos e experimentais, e da discussão sobre as características da criança escolar de Belo Horizonte. Helena Antipoff fez formação universitária em Paris e Genebra, e veio para o Brasil a convite do governador do Estado de Minas Gerais, em 1929, implantou o Laboratório de Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento para professor (CAMPOS, 2003) com a finalidade de oferecer a complementação pedagógica.

Em 1931, Maria Angélica voltou a trabalhar no Grupo Escolar de Santo Antônio do Monte quando recebeu um novo convite para trabalhar no Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, sob a direção de Helena Antipoff, de quem foi assistente até 1938. Quanto às atividades desenvolvidas no período em que atuou como assistente de

laboratório, o Jornal O Acre, ao noticiar sua chegada em Rio Branco, fala da competência da educadora e enfatiza as obras publicadas por ela quando ainda estava em Minas Gerais, assim se expressando:

D. Maria Angélica, após brilhante curso na Escola de Aperfeiçoamento, trabalhou longos anos no gabinete de Psicologia da referida Escola como assistente de D. Helena Antipoff. Exerceu o cargo de professora de Psicologia na Escola de Filosofia de Minas Gerais. No decurso de sua brilhante carreira, escreveu notáveis obras didáticas publicadas pela Secretaria Geral de Educação de Minas Gerais, entre as quais: Formação das classes e o controle de sua homogeneidade; Organização das classes dos grupos escolares de Belo Horizonte; Ideais e interesses das crianças de Belo Horizonte, no intervalo de cinco anos (1929/1934); As classes do primeiro ano em 1933; A homogeneidade das classes e os resultados de escolares em quatro anos (1935/1938) (O ACRE, 14/07/1946, p. 1).

As obras citadas no jornal sintetizam o período em que Maria Angélica retornou ao Laboratório de Psicologia, para acompanhar experiências desenvolvidas com o propósito de organização das classes homogêneas em Belo Horizonte. Trabalho era realizado de 1930, com a colaboração das professoras da Escola de Aperfeiçoamento, visavam à renovação pedagógica das práticas escolares através da aplicação de testes³ nos Grupos

³ Os testes tinham como objetivo a organização das classes obedecendo aos critérios idade mental, idade



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Escolares de Minas Gerais. E, ainda, verificar que interesses moviam o comportamento das crianças na escola, na família e na sociedade. Aliado a isso, havia a preocupação com fatores internos e externos ao aluno e como esses interferiam no processo de escolarização. Dessa forma, as experiências eram fundadas na justificativa de que a educação deveria ser estudada obedecendo-se ao critério científico, em detrimento do empirismo que reinava no meio educacional à época.

Na primeira etapa, a homogeneização se aplicava apenas às crianças novatas das primeiras séries. Na nova etapa, a experiência se aplicaria aos alunos repetentes do primeiro ano. Com isso intencionava-se verificar os progressos escolares medidos pelos testes psicológicos. Em um momento seguinte a experiência se estendeu às crianças das demais séries dos grupos escolares de Belo Horizonte.

Em 1934 Maria Angélica realiza uma nova experiência, sob a orientação de Helena Antipoff em, que visava a compreender como se comportam as crianças que estão prestes a deixar a escola primária: que mudanças ocorrem, quais são as preocupações, interesses internos e as necessidades que as movem. Este estudo toma como base a

cronológica e a divisão de alunos por níveis de aprendizagem visando à homogeneização.

necessidade, definida por Claparède como motor da conduta humana e como um termo biológico que busca o equilíbrio. A conduta, nesse processo, tem por função restabelecer o equilíbrio já rompido. E a necessidade, em contrapartida, tem como papel proteger o equilíbrio orgânico antes que esse seja rompido. Esta relação entre o biológico e o psicológico da conduta humana, esta face interna e externa, são derivadas da necessidade de adaptação entre o organismo e o meio. Representa o processo de adaptação e desenvolvimento humano frente à realidade (CLAPARÈDE, 1940).

Para Maria Angélica, este estudo permitiria mostrar, além dos interesses das crianças, as fases de desenvolvimento e o grau de sua maturidade física. Essas necessidades mudam de acordo com as fases de desenvolvimento humano e de acordo com as mudanças psicológicas. Esse é o fundamento da evolução dos interesses ao longo da infância e da adolescência. Ela empregou como instrumento de pesquisa o inquérito no qual as crianças eram questionadas sobre temas que pudessem expressar os seus interesses, tais como: preferências escolares; atividades que desenvolviam em casa; brinquedos prediletos; preferências por livros; por personalidades importantes; profissão; presentes que gostariam de ganhar; em que empregariam uma boa quantia em dinheiro se



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

dispussem dela. Embora o inquérito possibilitasse conhecer o interesse das crianças egressas do ensino primário, julgava-o artificial, pois neles os alunos não estavam suficientemente envolvidos.

O resultado final desse trabalho se traduziu na conclusão de que nas diferentes idades e sexos os interesses se dirigem para atividades diferenciadas. Similar ao que ocorreu no trabalho anterior, o meio sociocultural privilegiado das crianças se sobrepõe ao meio não privilegiado. Tanto um quanto o outro interferem de forma positiva ou negativa no comportamento delas, pois daí decorrem os estímulos para que manifestem interesses por determinados direcionamentos quanto às suas decisões, como a profissão que vão escolher, brinquedos e brincadeiras, leituras, referencial que constroem a partir do pai ou da mãe, enquanto modelo de herói ou heroína, e outros comportamentos. A pesquisa “Ideais e interesses das crianças mineiras” foi realizada pela primeira vez por Helena Antipoff em 1929. Por sugestão de Antipoff, a pesquisa foi repetida a intervalos de 5 anos por suas alunas, em 1934, 1939 e 1944, comparando-se os resultados para verificar a evolução desses ideais e interesses ao longo do tempo (CASTRO, 1934).

Os modelos negativos obtidos a partir da convivência da criança com o adulto também se expressam em decorrência das

superstições e figuras populares. Atitudes diante da vida são também expressas pelas crianças, bem como o interesse por questões altruístas, econômicas e utilitaristas. Na pesquisa identificou a busca pelo prazer e pelo que é mais imediato. As crianças representam, no período em que estão, um pensamento generalizado e não analítico, traduzindo uma característica pueril ou de imaturidade diante da realidade. Esse aspecto será tratado por Piaget (1971) no sentido de que as crianças constroem a realidade a partir da lógica infantil, que por seu turno diferencia-se da lógica do adulto. Daí a compreensão de que produzem um pensamento generalizado e não analítico.

Neste estudo foram detectadas semelhanças, em termos de predileção, entre meninos e meninas, quanto à realização de atividades domésticas e quanto às aulas de aritmética. Em contrapartida, eles demonstraram pouco interesse pelas aulas de História do Brasil, História Natural e Geografia. Por sua vez, as diferenças se acentuavam quanto aos gostos literários. A depender das idades, nos anos iniciais se voltavam para os contos de fábula, e nas idades mais avançadas para os livros de história. As atividades, antes mais inquietas, passaram às de maior quietude, como os jogos de quebra-cabeça ou xadrez. Os trabalhos manuais ficavam menos interessantes e o



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

interesse da criança se voltará para o estudo das matérias teóricas. Mais uma vez se apresentava o fator maturacional acompanhado das mudanças de interesse no comportamento dos alunos.

Diante desta experiência realizada por Maria Angélica, pode-se afirmar que ela contribuiu com o estudo do desenvolvimento humano a partir da compreensão dessas fases, baseada no referencial trabalhado por Claparède (idéias e interesses). Aliado às mudanças físicas, os fatores externos, sociais e as relações que os alunos estabeleciam na escola também interferiam nas escolhas destes. Neste sentido, Maria Angélica afirma que o ambiente escolar, através dos métodos aplicados, e as características pessoais do mestre também interferiam na aprendizagem da criança. Os estudos realizados por Maria Angélica sobre os interesses das crianças duraram de 1933 a 1938.

Em agosto de 1938, Maria Angélica passou a trabalhar no Departamento Técnico de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Naquele ano, foi aprovada em concurso para trabalhar no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), na Guanabara, mas por questões pessoais optou por continuar em Belo Horizonte, onde estava quase toda a sua família. Em 1946, recebe o convite do então Governador do Território do Acre, José Guiomard dos Santos, para

assumir o Departamento de Educação e Cultura. Ela aceitou o convite e foi nomeada pela Portaria nº 179, de 14 de junho de 1946 e assim iniciou sua gestão na educação acreana.

A GESTÃO DE MARIA ANGÉLICA NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

As influências presentes na prática profissional da educadora Maria Angélica de Castro provêm de Minas Gerais, especialmente de estudos realizados na Escola de Aperfeiçoamento, das orientações do INEP e do que estava posto na legislação nacional a respeito do ensino a época. Ela chegou após três meses da posse de Guiomard dos Santos, em julho de 1946, depois de pedir afastamento da Inspeção de Ensino de Minas Gerais. Um acontecimento discreto noticiado no jornal em uma pequena nota na primeira página. Contudo, não se deixava de evidenciar que se tratava de alguém importante:

No avião de carreira chegou a esta capital, na tarde do dia 25, D. Maria Angélica de Castro, nomeada recentemente para dirigir o Departamento de Educação e Cultura do Território. A distinta educadora foi recebida pelo Tenente Dário D'Anzicourt, representante do Sr. Governador, pelo Sr. Raimundo Vieira



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

de Souza, que respondia pelo expediente daquele serviço, e por numerosos elementos do magistério primário e secundário do Território (O ACRE, 30/06/1946, p. 1).

José Guiomard dos Santos era o quadragésimo segundo governador indicado pelo Presidente da República em quarenta e três anos de existência do Território. Entre os que assumiram a gestão do Território até 1946, apenas três concluíram seus mandatos. Por conseguinte, faltava um projeto de continuidade política e educacional, visto que eram “governos à prestação”.

A época, o Território era o principal provedor de empregos, movido pelos apadrinhamentos políticos, após o declínio da exportação da borracha. Maria Angélica opunha-se as concessões de benesses políticas e ao comodismo, passou a cobrar trabalho de todos. Os “coronéis de barranco”, os donos dos seringais, ao constituírem a força política e o poder no Território, usavam esse pré-requisito como barganha para os cargos públicos, e a educação representava e representou por muitos anos, no Acre, o lugar ideal para colocar os afilhados e agregados políticos. A ideia de que qualquer um podia ser professor era corrente e foi enfrentada por Maria Angélica com a elaboração de um diagnóstico educacional e a partir dele ofertou-se formação pedagógica para professores e técnicos de modo a subsidiar a

educação territorial. Esse investimento na formação de profissionais, que integraram sua equipe de trabalho, possibilitou a otimização de sua gestão marcada pelas seguintes ações:

- Organização física, material e ampliação do quadro profissional do Departamento de Educação e Cultura do Território Federal do Acre;
- Ampliou a rede de escolas primárias, organizou seus espaços, rotinas escolares, administrativas e procedimentos pedagógicos;
- Ampliou e organizou bibliotecas escolares;
- Instituiu encontros pedagógicos com professores para disseminar o ideário escolanovista;
- Investiu na qualificação de um corpo de professores para as escolas normais e técnicos para o Departamento de Educação;
- Concedeu bolsas de estudo para professores;
- Realizou pessoalmente o acompanhamento das atividades laborais de professores e técnicos e a aprendizagem dos alunos;
- Aprimorou o quadro de professores das escolas normais;
- Realizou concursos públicos para o magistério;



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

- Elaborou e instituiu regulamentos para o Ensino Primário e para as Escolas Normais;
- Propôs a construção de alojamento para normalistas e professoras de modo a efetivar a qualificação do corpo docente⁴.
- Instituiu e pôs em funcionamento a Pré-escola Infantil Menino Jesus em Rio Branco capital territorial;
- Implantou a Sociedade Pestalozzi, de assistência ao educando na capital e alguns municípios;
- Ampliou as matrículas no ensino primário e na Escola normal;
- Incentivou e valorizou a co-participação dos pais no acompanhamento à aprendizagem dos filhos promovendo a integração família – escola;
- Realizou ações de educação não – formal intermediadas por novos meios de comunicação na ação educativa: jornal, rádio e o cinema para a população.

A educadora Maria Angélica de Castro conseguiu concluir sua gestão a frente do Departamento de Educação e Cultura, diferente de seus antecessores. Em sua administração implantou princípios e práticas escolanovistas, sobretudo, o pressuposto de

⁴ Construção iniciada na gestão do governador Guiomar/Diretora do Departamento de Educação e Cultura Maria Angélica de Castro e concluída na gestão do Diretor Padre Arnould em 1952.

que a aprendizagem dos educandos pauta-se na observação, na experimentação, na descoberta e no julgamento da realidade. Para isso, se fazia necessário organizar as classes de forma homogênea, por meio de testes de inteligência, conferir liberdade de atividade à criança nas aulas tornando-a o principal agente do trabalho em cooperação.

Com efeito, a disponibilidade de tempo e condições financeiras propícias, pois o governo à época tinha a determinação de buscar verbas aonde elas existissem, Maria Angélica pôde concretizar uma série de mudanças na educação territorial: regulamentou a Escola Normal da capital e incentivou o funcionamento das Escolas Normais Regionais nos municípios, regulamentando-as e dando suporte material e apoio técnico; reivindicou a construção de escolas com espaços adequados ao desenvolvimento das atividades das crianças, pois o que encontrou, em sua maioria, eram escolas instaladas em barracões de madeira em péssimo estado de conservação; fundou bibliotecas e promoveu a implantação de cinemas escolares, pois estes poderiam ser usados como mais um recurso de ensino, a exemplo do que já existia em outras cidades do sul do país, no sentido de fazer de cada escola da localidade “uma escola risonha, propícia ao desenvolvimento de um trabalho proveitoso e à formação da personalidade da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

criança”; fundou a Sociedade Pestalozzi de “assistência ao aluno pobre”, como forma de minimizar os aspectos socioeconômicos negativos que interferem na aprendizagem desses alunos, conforme pôde constatar em suas pesquisas em Belo Horizonte; regulamentou o Ensino Primário (Decreto nº 42, de 14 de março de 1947) onde se destacam, na sua finalidade, o exercício das virtudes morais e cívicas mantendo as crianças dentro de elevado espírito de fraternidade humana, oferecendo-lhes condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade, elevação do nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à inovação no trabalho; elaborou o Regulamento do Ensino Normal (Decreto nº 40, de 11 de março de 1947), com indicação de que os programas das disciplinas seriam simples, claros e flexíveis, atendendo a adoção de processos pedagógicos ativos, com o cuidado de o professor não se limitar ao método expositivo, assinalando aos alunos o que lhes cabia realizar: leituras, experiências, relatórios, exposições, palestras, etc., orientando-lhes o caminho a seguir na coleta, comparação e interpretação dos fatos, auxiliando-os na organização das idéias e conclusões a respeito dos assuntos em estudo; elaborou o Programa do Ensino Primário (Decreto nº 216, de 22 de novembro de 1949) no qual havia a indicação

de se trabalhar os conteúdos das disciplinas com situações que interessassem aos alunos, como brinquedos, jogos, contação de histórias, dramatizações, uso de gravuras, excursões, desenhos, poesias, etc.; preocupou-se em estar divulgando os artigos científicos produzidos pela Psicologia e outras áreas, através dos artigos de jornais, escritos por ela própria ou que selecionava de revistas de outros Estados, como a Revista do Ensino de Minas Gerais, e através de palestras proferidas nos encontros da Semana Nacional da Criança, nas quais enfatizava as experiências realizadas por teóricos como Binet, Claparède, Freeman, Aguayo, Antipoff, Dewey, entre outros; priorizou a formação de professores, com a reestruturação da Escola Normal e oferecimento de cursos de férias para professores leigos da capital e do interior, como forma de aumentar o número de docentes formados, condição imprescindível para aplicar as novas idéias educacionais, chamadas à época de “moderna pedagogia”. A exemplo disso, de 12 normalistas formadas que encontrou ao chegar ao Acre, esse número se elevou para 75 matrículas, e, ao término de sua gestão, em 1950, havia em todo o Território 65 professoras aprovadas (Jornal O Acre, 10/10/1950, p. 1); enviou professores para participar de cursos promovidos pelo INEP na capital federal, pois, além de adquirir os



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

novos conhecimentos disseminados nos grandes centros, era necessária a formação de gestores para lidar com as escolas e ajudá-la na administração do DEC.

O Acre territorial não era um local atraente, as autoridades destinadas ao exercício de cargo o faziam de modo rápido e efêmero movida pelo interesse financeiro. Porém, Maria Angélica de Castro agiu em benefício da sociedade acreana, conforme suas próprias palavras em carta remetida aos alunos da Escola que recebeu o seu nome:

Saí para ficar um ano, mas gostei tanto desse cantinho do Brasil, que só voltei cinco anos depois (1951). Encontrei aí muita gente boa para o trabalho que devíamos realizar. Clarice Fecury, diretora desse Grupo Escolar, foi uma das boas companheiras da luta empenhada em favor da infância e juventude do então território acreano. O que pudemos fazer foi feito, apesar das condições da época serem muito diferentes das atuais. Penso que hoje tudo é mais fácil e que houve muito progresso em todos os setores do novo Estado (CASTRO, 09/08/1971).

CONCLUSÃO

Após apresentar a história de vida, a formação profissional e a gestão de Maria Angélica de Castro no Departamento de Educação e Cultura no Território Federal do Acre observa-se o seu protagonismo na educação acreana como resultante de

experiências formativas, modelos provenientes de seu contexto pessoal e discussões estabelecidas no cenário nacional referentes a educação. Embora fosse mulher, ela para efetivar e consolidar seu trabalho educacional incorpora referências masculinas vigentes no período. As vicissitudes de seu contexto social e cultural lhes impuseram atitudes, ações e escolhas que a forjam enquanto sujeito de seu espaço e em algumas situações uma mulher muito a frente de seu tempo, não se acomodando aos papéis destinados as mulheres aquele momento.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Maria Angélica de. **As classes do 1º ano em 1933**. Secretaria da Educação e Saúde Pública, Boletim n. 15, Belo Horizonte, 1934.

CASTRO, Maria Angélica de. **Ao Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff**. _____. Carta enviada ao CDPHA em 13 de dezembro de 1983. Acervo Maria Angélica de Castro. Centro de Cultura de Santo Antônio do Monte.

CASTRO, Maria Angélica de. **Carta Biográfica** redigida em Santo Antônio do Monte, 09/08/1971. Fonte: Escola Maria Angélica de Castro, Rio Branco - Acre, 2008.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; NEPOMUCENO, Denise Maria; SILVA, Dener Luiz da; FRANZZI, Hernani Henrique. Funcionalismo no Brasil: Pioneiros. In: MASSIMI, Marina. **História da Psicologia no Brasil do Século XX**. São Paulo: EPU, 2004



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

CLAPARÉDE, Édouard. **A educação funcional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

JORNAL O ACRE, 30/06/1946, p. 1, Museu da Borracha, Rio Branco, AC.

JORNAL O ACRE, 16/06/1949, p. 3, Museu da Borracha, Rio Branco, AC.

JORNAL O ACRE, 01/01/1950, p. 1, Museu da Borracha, Rio Branco, AC.

JORNAL O ACRE, 22/01/1950, p. 6, Museu da Borracha, Rio Branco, AC.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5 ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Dilma. **Famílias que construíram a História de Santo Antônio do Monte**: lembranças do passado, fundamentos de nosso futuro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997.

MORAES, Dilma. **Santo Antônio do Monte**: doces namoradas, políticos famosos. Minas Gráfica Editora, 1983.

PRATES, Maria Helena Oliveira. **A Escola de Aperfeiçoamento**: teoria e prática na formação de professores. Memorial Helena Antipoff, Ibirité, 1996. (mimeo)

PRATES, Maria Helena Oliveira. **Introdução oficial do movimento de Escola Nova no ensino público de Minas Gerais**: a Escola de Aperfeiçoamento. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO - 1949. Arquivo Geral do Estado do Acre.